

**De:** Presidencia  
**Enviado em:** quinta-feira, 2 de abril de 2015 13:48  
**Para:** FERJ - SECRETARIA (secretaria@fjerj.com.br)  
**Assunto:** ENC: DEFERIDA LIMINAR - MEDIDA CAUTELAR N 049/2015 - C.R. FLAMENGO  
**Anexos:** PROC. 049-14 - MEDIDA INOMINADA - VANDERLEI LUXEMBURGO.docx;  
ATT00001.htm

---

**De:** Rj Presidencia [mailto:rj.presidencia@cbf.com.br]  
**Enviada em:** quinta-feira, 2 de abril de 2015 13:24  
**Para:** Presidencia  
**Assunto:** ENC: DEFERIDA LIMINAR - MEDIDA CAUTELAR N 049/2015 - C.R. FLAMENGO

---

**De:** Adriana Costa Solis  
**Enviado:** quarta-feira, 1 de abril de 2015 21:06  
**Para:** Cleone Silva; Maria Lucia Gonzaga Bayao; Neivaldo da Penha Junior; Ronilson Carvalho dos Santos; Rodrigo de Souza Lu; manuel.flores@cbf.com.br; michelf@michelasseff.com.br; michelfilho@michelasseff.com.br; tjd.rj@hotmail.com; Rj Presidencia; flapresidencia@flamengo.com.br  
**Cc:** dany.lameira@gmail.com; limadeamorim@gmail.com; Lima de Amorim  
**Assunto:** DEFERIDA LIMINAR - MEDIDA CAUTELAR N 049/2015 - C.R. FLAMENGO

Enviado do meu iPad

FAX Nº 220/2015 – STJD

**Do: Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol**

**Para: Clube de Regatas do Flamengo.**

**Para: Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.**

**Para: Departamento de Competições da Confederação Brasileira de Futebol.**

**Rio, 01 de abril de 2015.**

De ordem do Dr. Auditor Vice  
Presidente deste Superior Tribunal de Justiça Desportiva,  
Ronaldo Botelho Piacente, referente ao Mandado de  
Garantia Nº049/2015 - STJD – tendo como Impetrante, Clube  
de Regatas do Flamengo em favor de seu técnico Vanderlei  
Luxemburgo e Requerido: TJD/RJ, informo que através de  
despacho, **foi deferida** a liminar requerida pelo  
Impetrante **para conceder efeito suspensivo ao recurso**

**voluntário interposto contra a decisão que condenou o técnico, nos autos do processo nº 060/2015 do TJD-RJ.**

Informo, outrossim, que segue despacho em seu inteiro teor.

Atenciosamente,

**Adriana Solis**

**STJD | Superior Tribunal de Justiça  
Desportiva  
[adriana.solis@cbf.com.br](mailto:adriana.solis@cbf.com.br)  
+55-21-2532-8709  
[www.cbf.com.br](http://www.cbf.com.br)**

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A CBF não se responsabilizará pelo conteúdo ou pela veracidade desta informação.

Expediente

2/4/2015

Fax: 220/15

STJD

(MEDIDA CAUTELAR INOMINADA  
COM PEDIDO LIMINAR OU EFEITO SUSPENSIVO)

PROCESSO Nº 049/2015

REQUERENTE: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO, em nome do técnico da  
sua equipe profissional VANDERLEI LUXEMBURGO DA SILVA

REQUERIDO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO RIO DE JANEIRO  
(TJD-RJ)

O Requerente ingressa com Medida Cautelar Inominada com Pedido Liminar, sustentando que o TJD/RJ não observou o devido processo legal ao condenar o técnico Vanderlei Luxemburgo, pois a decisão, o condenou por exercer seu direito de criticar dentro dos limites razoáveis a entidade de administração regional – Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

Sustenta ainda que caso a presente medida inominada não seja admitida e deferido o pedido liminar, haverá fatalmente a ocorrência de dano irreparável, haja vista que o pedido de efeito suspensivo ao recurso voluntário interposto contra a decisão da 1ª Comissão Disciplinar/TJD-RJ foi indeferido pelo TJD-RJ, contra o que não cabe recurso próprio.

Por final diz que estão presentes os requisitos que autorizam o ajuizamento da presente medida nos moldes do artigo 119 do CBJD.

Quanto aos fatos que ensejaram a presente medida inominada, diz o Requerente que o técnico Vanderlei Luxemburgo da Silva foi denunciado pela Procuradoria do TJD-RJ como incurso nas penas dos arts. 243-B, 243-C, 243-D, e 258, do CBJD, por ter supostamente concedido entrevista ao site UOL, no

dia 24/03/2015, utilizando-se “de expressões que incitam publicamente o ódio e a violência contra a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, em especial quando proferiu a seguinte frase: **“Tem que dar porrada na Federação”.**”

Em julgamento a 1ª Comissão Disciplinar do TJD-RJ condenou o técnico Vanderlei Luxemburgo pela infração prevista no art. 258 do CBJD, punindo-o com duas partidas de suspensão.

Porém diz o Requerente que a denúncia não está instruída com essa prova de entrevista concedida ao site da UOL que baseia a denúncia.

Por sua vez, o Recorrente afirma que negou durante a sessão de julgamento e continua negando que teria concedido tal entrevista ao site UOL, e também nega que tenha proferido tais palavras durante qualquer entrevista.

Diz que na verdade, o que ocorreu foi o seguinte:

Em entrevista coletiva concedida após o treino da equipe do Flamengo, ao responder a uma indagação do repórter Alan Caldas, do Globo, sobre o que ele faria sobre a escalação do time com tantos desfalques e falta de opção, o técnico Vanderlei Luxemburgo disse exatamente o seguinte:

Vanderlei:

- **“Você não tem que culpar a gente não, cara. Por que você não dá umas “porrada” na federação?**

Mas infelizmente, a imprensa transcreveu a entrevista de maneira a polemizar o que foi dito, com a seguinte manchete: “Tem que dar porrada na Federação”.

Cita:

<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2015/03/luxemburgo-ataca-ferj-federacao-e-contr-o-futebol.html>)



Por final diz que a frase dita não passou de uma simples e saudável crítica, necessária ao estado democrático de direito, não caracterizando incitação pública de ódio ou a violência contra a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. Não havendo, portanto qualquer desrespeito que justificasse a denúncia, nem muito menos uma condenação.

Junta aos autos reportagens criticando a decisão do TJJD/RJ.

Informa que ingressará com recurso ao STJD contra a decisão que condenou o técnico Vanderlei Luxemburgo, e que o indeferimento do pedido de efeito suspensivo pelo TJJD-RJ impedirá que o Recorrente exerça plenamente o seu direito, ou seja, de ser julgado de maneira justa por este tribunal.

Assim pleiteia medida liminar, de modo a conceder o efeito suspensivo ao recurso voluntário interposto contra a decisão que condenou o técnico, nos autos do processo nº 060/2015 do TJJD-RJ, ou caso entenda mais adequado, a concessão de medida liminar para autorizar que o técnico Vanderlei Luxemburgo comande o seu time, exercendo plenamente a sua função, até que seja julgado nos autos do recurso voluntário já interposto.

**É o relatório,  
Passo a decidir.**

Preliminarmente, permito o ajuizamento da presente Medida Inominada, porque é de interesse do desporto que a justiça desportiva evite qualquer prejuízo às partes de um processo, e por outro lado não cabe outro recurso da decisão do TJJD/RJ que negou efeito suspensivo ao Recurso Voluntário da Requerente.

A questão de fundo é se o técnico Vanderlei Luxemburgo da Silva, ao proferir na entrevista coletiva a frase: - **“Você não tem que culpar a gente não, cara. Por que você não dá umas “porrada” na federação?”** teve o condão de ofensa a ponto de ser condenado na suspensão por duas partidas nos termos do artigo 258 do CBJD, ou seja, assumir conduta contrária à disciplina ou ética desportiva.

do Tribunal Desportivo Regional, estaria baseada na entrevista dada pelo Requerente no site da UOL, o qual nega ter dado essa entrevista para esse meio de comunicação e que o julgamento se deu com base em fato notório.

O Requerente diz que a frase foi dirigida de forma a indagar um repórter na entrevista coletiva e não dita de forma afirmativa, mas interrogativa, mas os meios de comunicações publicaram a frase de forma a polemizar o assunto.

Isto posto, entendo de suma importância uma análise mais profunda sobre os fatos, em especial a conotação dessa frase, qual o seu alcance e em quais provas a Procuradoria lastreia sua denúncia, sem isso, entendo que o indeferimento do efeito suspensivo no Recurso Voluntário (processo nº 060/2015 do TJJD-RJ) causará prejuízos de dano irreparável ao Requerente, pois acabará cumprindo a punição antes mesmo do julgamento final do processo no TJJD/RJ.

Ademais, ainda caberá ao Requerente, querendo, interpor Recurso Voluntário da decisão do Pleno do TJJD/RJ para o Pleno do STJD, e assim sendo, eventual Recurso interposto perante ao STJD provavelmente já não fará mais sentido, porque certamente o Requerente já terá cumprido a suspensão de duas partidas.

Em razão do exposto, conheço da Medida Inominada (artigo 119 do CBJD), e estando presente os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, **concedo liminar para conceder efeito suspensivo ao recurso voluntário interposto contra a decisão que condenou o técnico, nos autos do processo nº 060/2015 do TJJD-RJ, porque a simples devolução da matéria, certamente causará prejuízos ao Requerente.**

Intimem-se as partes.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2015.

RONALDO BOTELHO PIACENTE  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Fax: 220115- STJD  
02/04/2015